

# CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

*Luís Antonio Barone<sup>1</sup>*

*Anderson Antonio da Silva<sup>2</sup>*

*Ana Lúcia Teixeira<sup>3</sup>*

*Laís Túbero Izidoro<sup>4</sup>*

*Daniel Henrique Silveira de Souza<sup>5</sup>*

**Resumo:** Este trabalho constitui-se de uma análise preliminar dos dados coletados na pesquisa Uniara-INCRA (2011), sobretudo a partir do levantamento amostral realizado no Pontal do Paranapanema (região oeste do Estado de São Paulo). São apresentados e discutidos dados sobre trabalho e produção agropecuária nos assentamentos rurais do Pontal, assim como aspectos do manejo dos sistemas produtivos. Os dados de produção evidenciados apontam para a existência de uma bacia leiteira importante regionalmente, implantada nos PAs, embora com limitações tecnológicas e organizacionais. A produção agrícola é majoritariamente para autoconsumo, com destaque para a mandioca e, mais recentemente, o incremento da horticultura, esta estimulada por programas de comercialização institucional. As condições de manejo dos solos e dos sistemas produtivos, considerados "tradicionais", são outra lacuna a ser enfrentada, com estímulo da ATER e de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Desenvolvimento Rural; Produção Agropecuária; Sistemas Produtivos.

---

<sup>1</sup>Sociólogo, professor assistente-doutor da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

<sup>2</sup>Mestre em Geografia, professor Assistente I da FATEC – Presidente Prudente/SP.

<sup>3</sup>Licenciada em Geografia, Mestranda em Geografia na FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

<sup>4</sup>Graduanda em Geografia, bolsista PIBIC da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

<sup>5</sup>Graduando em Geografia, FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP.

**Abstract:** *This paper presents a preliminary analysis of the data collected in the research Uniara-INCRA (2011), especially from the sample survey conducted in the region of "Pontal do Paranapanema" (west of São Paulo State). Are presented and discussed data on family work and farming production in rural settlements of the "Pontal do Paranapanema", as well as aspects of the management of productive systems. Production data shown indicate the existence of a regionally important dairy basin, implanted in such settlements, although with technological and organizational limitations. Crop production is largely for self-consumption, especially the manioc and, more recently, the increment of horticulture, this stimulated by institutional marketing programs. The conditions of soil management and productive systems, considered "traditional", is another gap to be faced with stimulus of technical support and others public policies.*

**Keywords:** *Land reform; Rural development; Farming production; Productive systems.*

## **Introdução**

Este artigo tem a preocupação de desenvolver uma análise mais regionalizada a respeito dos dados de produção, trabalho e renda dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema. Cabe destacar que os dados referentes à produção agropecuária vegetal e animal dos Projetos de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema foram coletados em 2011, através de um questionário aplicado a uma amostra de assentados de seis municípios da região, a partir de uma grande pesquisa coordenada pelo Nupedor/Uniara.

Produzir uma reflexão sobre dados relacionados à produção dos assentamentos rurais é sempre uma tarefa complexa, dadas as diferentes abordagens possíveis desse fenômeno. Não existem, também, séries estatísticas que possam ser consideradas na construção destas análises, de forma que algumas inferências feitas ao longo do texto foram consolidadas comparando-se os dados do levantamento amostral com entrevistas, realizadas com lideranças de 10 PAs durante a pesquisa Uniara-INCRA, bem como de outras pesquisas quantitativas realizadas ao longo de mais de uma década no Pontal.

Desde o início dessa política de assentamentos (considerando-se o I PNRA, de 1985, como um ponto de partida), as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado, contribuindo para uma melhor compreensão dessa nova realidade de criação e recriação do campesinato e, ao mesmo tempo,

de reflexão sobre teorias, métodos, metodologias e técnicas de pesquisa<sup>6</sup>. Em duas décadas, diversas teses, dissertações, monografias, relatórios, livros e artigos foram elaborados e publicados, possibilitando diferentes e amplas visões das distintas realidades dos assentamentos de reforma agrária e abrindo importantes espaços para debates e construção de perspectivas para esses projetos de assentamentos.

De acordo com Silva, Fernandes e Valenciano (2006) a principal diferença das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, com destaque para uma maioria de estudos de caso, contra poucos realizados em escalas regionais ou nacional. Em escala nacional, os estudos ou são por conjuntos de amostragens de algumas regionais ou são por amostragens distribuídas em todos os Estados. Outra diferença refere-se aos recortes temáticos: há prioridades para a pesquisa socioeconômica, sociopolítica, ambiental, educacional, de gênero etc.. Além disso, uma tomada de posição *ex-ante* (ideológica) acaba por matizar as análises, tanto reiterando a opinião de que assentamentos são "favelas rurais", quanto a ideia de que os assentamentos são uma nova espécie de "foco revolucionário". Essas duas perspectivas, comprometidas com posturas político-ideológicas antagônicas, são derivadas do debate político e enviesam em muito a interpretação dessa complexa realidade.

A dinâmica produtiva nos assentamentos, particularmente, é tema controverso e se tornou, nos últimos anos, o eixo principal das ações/discussões no contexto da reforma agrária. Isso porque, ao lado de um arrefecimento na chamada "luta pela terra", pesquisas recentes dão conta de que há um *gap* entre a produtividade dos assentamentos de reforma agrária e as unidades de agricultura familiar ditas tradicionais, com desvantagem para os primeiros (KAGEYAMA, BERGAMASCO, OLIVEIRA, 2010). A intenção, aí, de apontar para perspectivas de melhorias a serem implementadas nos assentamentos, no entanto, choca-se com a leitura de outros dados que constatariam a falência econômica da reforma agrária (IBOPE, 2009).

As primeiras tentativas de avaliação da produção, trabalho e renda, por exemplo, abriram um saudável debate sobre a produção de autoconsumo e sua importância na renda das famílias assentadas (BERGAMASCO, 2003; GUANZIROLI, 1994), questão ainda em debate, posto que abriga dimensões

---

<sup>6</sup>Cf. Leite et. al., 2000; Sparovek, 2003; Silva, Fernandes e Valenciano, 2006; Bergamasco, 2003.

para além do material (GRISA, 2007). Da mesma forma, a avaliação dos "impactos dos assentamentos" gerou diferentes perspectivas de análise, abrangendo debates tanto na economia quanto na sociologia e geografia (LEITE et. al., 2000; SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006; FERRANTE, BARONE, 2010). Sem dúvidas, a pesquisa realizada pela equipe de pesquisadores do Nupedor (CONTRATO/CRT/SP/Nº 100000/2010 – INCRA/UNIARA) soma-se a este conjunto de pesquisas sobre os assentamentos rurais.

### **O contexto regional e os assentamentos como espaços produtivos: perspectivas e bloqueios**

Apesar das deficiências reconhecidas em termos de tecnologia, assistência técnica e investimentos, a dimensão produtiva agropecuária dos assentamentos tem sua importância e contribui para a inserção dos assentamentos no universo produtivo da região do Pontal do Paranapanema. A partir de uma pesquisa realizada em 2005, apenas a bovinocultura leiteira dos assentamentos gerou uma renda de R\$ 55 milhões/ano – valor produzido por cerca de 6 mil famílias assentadas da região do Pontal do Paranapanema (SILVA, 2008). Se considerarmos outros cultivos agrícolas, como mandioca, frutas e hortaliças, o efeito multiplicador da renda produzida pelos assentamentos é ainda maior. Sem esta renda, muitas das farmácias, padarias, supermercados e lojas de materiais para construção, por exemplo, instaladas nas áreas urbanas dos municípios com assentamentos, não existiram. Ou seja, a análise dos dados da produção agropecuária dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema nos permite afirmar que sua presença colabora com a dinamização da economia regional, sobretudo a partir da bovinocultura leiteira, que é o sistema produtivo mais consolidado nos assentamentos da região, contribuindo para que o Oeste Paulista seja a região com maior rebanho leiteiro do Estado.

No Pontal do Paranapanema, além disso, não se pode esquecer dos bloqueios ao próprio desenvolvimento econômico regional como um todo, que rebatem nas dificuldades no incremento da produção e renda nos assentamentos. O esvaziamento econômico de décadas, o conflito e a insegurança fundiária gerada pela grilagem reconhecida (FERRANTE, BARONE, 2005) fazem parte desse contexto que, mais recentemente, se vê diante do projeto de expansão da agroindústria sucroalcooleira. Esta recente ofensiva agroindustrial, por sua vez, também rebate nos indicadores de produção (com menor intensidade, sobretudo após a suspensão de parcerias dos assentados e usinas da região) e renda da população assentada – esta, fundamentalmente pelo incremento do trabalho

assalariado fora do assentamento.

Dados de 2005, para os assentamentos do município de Teodoro Sampaio, dão conta de que em 20% das famílias havia trabalho assalariado fora do assentamento (SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006). Na pesquisa Uniara/INCRA, de 2011, que baseou seus dados em amostra de vários municípios do Pontal, esse índice sobe a pouco mais de 50% dos lotes pesquisados. Embora as amostras sejam diferentes (em 2005, levantou-se apenas Teodoro Sampaio; em 2011, levantou-se uma amostra em 6 municípios da região), é plausível supor que, nesses 6 anos, o setor sucroalcooleiro ampliou as oportunidades de emprego, incidindo no maior percentual de moradores dos PAs que se assalariam fora. Corroborar essa hipótese a constatação, oriunda de pesquisas qualitativas, que aponta para a presença de ônibus de "bóias-frias"<sup>7</sup> circulando nos assentamentos, bem como a reiterada informação de que os jovens estariam se empregando nas usinas.

Outro elemento fundamental quando se avalia a evolução da produção nos assentamentos do Pontal, com reflexos nas opções de cultivares e no acesso ou bloqueio à política creditícia, é o grande projeto produtivo estimulado pelo MST no final dos anos 1990, centrado no cooperativismo. Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST – principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente 2000 associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos P.A.s e "fechar" a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (RIBAS, THOMAZ Jr., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira

---

<sup>7</sup>Embora o projeto de expansão da cultura canavieira para o oeste paulista preveja o corte mecanizado (THOMAZ JR., 2009), algumas destilarias menos capitalizadas continuaram usando o corte manual. Também é fato que muitos jovens assentados também vão trabalhar em atividades no interior das unidades industriais, algumas delas bem próximas dos seus locais de moradia.

de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno.

A não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior. Aqueles que atenderam ao plano de produção integrada de frutas (maracujá e abacaxi) não viram sua produção ser absorvida pela cooperativa, abandonando o cultivo e adotando um discurso bastante crítico em relação à Cocamp.

Além dessa crise ligada à fruticultura comercial, a falência da cooperativa gerou uma alta inadimplência dos associados, tomadores do chamado "teto 2" do PROCERA<sup>8</sup> para capitalização da agroindústria. Mesmo com renegociações, ocorridas nos primeiros anos do governo Lula (2003-2006), muitos assentados deixaram de buscar financiamento bancário para sua produção.

## **A produção agrícola nos assentamentos do Pontal**

A opinião dos entrevistados de 2011 apontou para uma agricultura centrada nos cultivos de mandioca<sup>9</sup>, com maior participação relativa dentre os cultivos agrícolas, horticultura (26%) e frutas – com 14% (Ver Tabela 1). A cana-de-açúcar e eucalipto, ambas com 9% de participação relativa, também se destacam.

---

<sup>8</sup>O "Teto 2" do PROCERA era uma linha de financiamento com valores bastante superiores aos financiamentos individuais e só poderia ser acessado por entidades cooperativas.

<sup>9</sup>Embora na opção do questionário constasse "mandioca e outros tubérculos", a pesquisa qualitativa mostrou que a produção é quase que exclusivamente de variedades "mansa" (macaxeira) e "brava" (industrial) de mandioca.

Nestes dois últimos casos, a pesquisa continuada na região indica que tais culturas não estão associadas aos circuitos econômicos agroindustriais<sup>10</sup>. Ou seja, a cana plantada em 9% dos lotes dos assentamentos não é para fornecimento às destilarias, mas tem como finalidade forragem para alimentação animal, uma alternativa para melhorar a nutrição dos bovinos de corte e leite, principalmente nos períodos secos do ano.

Quanto ao eucalipto, o seu plantio está associado ao conforto térmico do rebanho bovino de leite. De acordo com critérios veterinários (BAÊTA, SOUZA, 1997), animais de produção expostos aos efeitos diretos do sol, sofrem mais com o estresse calórico do que aqueles animais abrigados em locais sombreados. Esse cultivo serve, além disso, para fins de autoconsumo na propriedade (reforma de cercas, piquetes e outras edificações), assim como a madeira pode ser comercializada em circuitos curtos (dentro do próprio assentamento, ou para produtores vizinhos). Destas produções, o Eucalipto e as frutas aparecem como contando com algum financiamento<sup>11</sup>.

A mandioca, alimento básico na dieta dos assentados (tanto na variedade "mansa" quanto processada como farinha), tem também destinação comercial, embora quase sempre em circuitos locais (farinheiras artesanais instaladas nos próprios PAs ou os mercados institucionais). Ainda há alguns casos em que se produz mandioca para fornecimento agroindustrial, embora seja atualmente muito restrito, sobretudo devido às oscilações dos preços pagos pelas farinheiras de maior porte. Até os primeiros anos do século houve, inclusive, um financiamento especial do FEAP para plantio de mandioca no Pontal. No entanto, a grande oferta do produto na região, oriunda exatamente deste estímulo creditício para a produção, derrubou os preços e levou ao abandono dessa opção de cultivo comercial.

---

<sup>10</sup>Através das Portarias do ITESP do início dos anos 2000, a cana-de-açúcar para fornecimento agroindustrial foi plantada em alguns PAs do Pontal (BARONE, FERRANTE, 2010). No entanto, investigações do Ministério Público do Trabalho apontaram irregularidades na tomada de crédito (PRONAF) para tais cultivos, levando ao abandono das "parcerias" com as usinas da região.

<sup>11</sup>Há ainda o que se investigar com relação ao financiamento do eucalipto (1/3 dos que plantam apontaram acesso a financiamento). No caso da fruticultura, provavelmente as respostas positivas para o financiamento referem-se a cultivares financiados na época da Cocamp, cujos assentados conseguiram manter em produção.

**Tabela 1** – Produção vegetal: participação relativa das culturas.

	%
<b>Cereais (feijão, arroz, milho e soja)</b>	1
<b>Cana-de-açúcar</b>	9
<b>Eucalipto</b>	9
<b>Horticultura</b>	26
<b>Flores e plantas ornamentais</b>	1
<b>Frutas</b>	14
<b>Café</b>	4
<b>Mandioca</b>	31
<b>Pastagem</b>	4
<b>Outras não especificadas anteriormente</b>	1

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Esclarecendo a importância da mandioca na agricultura dos assentamentos, uma liderança de Mirante do Paranapanema, entrevistada por ocasião da pesquisa qualitativa, destaca que um dos motivos dessa cultura ser preferida pelas famílias, no momento de escolher o que plantar, é o pouco investimento necessário:

(...) a mandioca é o seguinte, com um pouco de rama, um preparo de solo, não precisa ser lá de grande qualidade, se faz produzir mandioca. E daí seis meses, sete, se tem produção. Então, também foi uma opção do pessoal plantar mandioca, não precisa ficar aí gastando um monte de dinheiro com insumos e tal [...] é uma das culturas que, com pouquíssimas condições econômicas, você consegue desenvolver (Assentado do PA São Bento, Mirante do Paranapanema, Pesquisa de Campo, 2011).

A prevalência da mandioca também foi explorada por liderança do assentamento Nova Conquista (município de Rancharia), onde se voltou a enfatizar



o baixo investimento necessário nesta produção: "(...) *é a planta mais leve pra gente, né? Porque agricultor, hoje em dia, pra planta uma planta mais pesada, gasta! E muitas vezes não tem retorno (...)*".

A horticultura, sendo uma atividade mais intensiva de mão-de-obra, sofreu uma guinada positiva em termos de participação nas atividades agrícolas, sobretudo devido aos programas de comercialização institucionais (PAA e PNAE). Registra-se que esta é uma atividade, atualmente com retorno financeiro, que é majoritariamente executada pelas mulheres. Antes restrita apenas ao autoconsumo – e com baixíssimo investimento de recursos, posto que não rentáveis – as hortas se multiplicaram nos últimos anos, graças à possibilidade de escoamento institucional. Tal oportunidade gerada pelas políticas públicas aponta para uma alteração da matriz produtiva instalada nos assentamentos, antes restrita à bovinocultura leiteira associada à mandioca.

A mesma constatação vale para a fruticultura. Após o projeto frustrado da Cocamp, com estímulo aos cultivos comerciais de maracujá e abacaxi, pouco restou dessas culturas. No entanto, um pomar sempre fez parte das opções de produção "*pro gasto*" (GRISA, 2007), fornecendo frutas para as mesas dos assentados e sombreamento para as residências. Com a implementação do PAA, no entanto, essa produção de quintal também passa a ter importância monetária, na medida em que também são "*entregues para a CONAB*".

A Tabela 2, abaixo, apresenta o percentual de participantes em programas de comercialização institucional (PAA, PNAE etc.). Apenas 19% dos entrevistados participam do que consideram programas oficiais/institucionais de comercialização (PNAE, PAA ou outro programas da CONAB ou de base municipal). O PAA é o mais acessado, chegando a cobrir 13% dos entrevistados, contra 10% que fornecem produtos para o PNAE (outros 2% apontaram que participam de programas diferentes, ou da CONAB ou de Prefeituras). Mandioca e hortifrutí compõem quase que a totalidade do fornecimento dos assentamentos aos programas institucionais de comercialização.

**Tabela 2** – Participação em programas de comercialização.

	%
<b>Participa dos dois</b>	6
<b>Participa somente do PAA</b>	7
<b>Participa somente da Merenda</b>	4
<b>Não participa de nenhum</b>	81
<b>Participa de outro programa</b>	2

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

No caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a comercialização e distribuição dos produtos ocorrem mediante convênios entre órgãos governamentais, tanto na esfera federal como estadual e municipal, dispensando o processo de licitação, desburocratizando a compra/venda e possibilitando que mais produtores se envolvam no processo. Este programa tem efetivamente colaborado com a agricultura familiar dos assentamentos, que há muito tempo não tem um tratamento que suprisse suas necessidades de escoamento.

Um dos impasses dos assentados sempre foi a comercialização de seus produtos, ficando a mercê da sorte, sem certeza de venda e levando a que, quase sempre, perdessem a produção, que é de alta perecibilidade (frutas, verduras e legumes). Nessas atividades com vistas comerciais de "giro curto", era muitíssimo comum que, mesmo quando a venda era realizada, os atravessadores – geralmente de má fé, alegando falta de padrão na produção – não pagassem pelos produtos levados. Esses desincentivos fizeram com que muitas produções cessassem - sobretudo a horticultura. Com o PAA, o problema de escoamento da produção agrícola começou a ser enfrentado, pois o programa se propõe a realizar a compra direta da produção dos assentados garantindo-lhes uma renda complementar, que sempre foi avaliada, na pesquisa, como tendo alguma significância no orçamento familiar.

Embora com baixa participação relativa, é digno de nota a presença do café nos assentamentos do Pontal. Essa cultura perene encontra-se mais em Mirante

do Paranapanema, Teodoro Sampaio e na Gleba XV de Novembro (entre Euclides da Cunha e Rosana). O destaque fica para sistemas produtivos mais agroecológicos, como o projeto "Café com Floresta", patrocinado pela ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

### **A produção leiteira caracterizando os assentamento do Pontal**

A produção pecuária dos assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema, segundo percentual de produtores, é composta pela majoritária bovinocultura de leite (81% de produtores na amostra do Pontal), seguida pela criação de aves (com 73% de ocorrência nos lotes), suínos (55%), eqüinos e bovino de corte, com 13 e 11% de ocorrências respectivamente (tabela 3). Caprinos/ovinos, apicultura e piscicultura também foram registrados, mas estes com menos de 10% de ocorrência nos lotes. Desse grupo, a pecuária de leite é a com presença mais marcante e constitui-se, no geral, na principal fontes de renda agropecuária das famílias assentadas.

**Tabela 3** – Produção animal: percentual de produtores.

<b>Criação animal</b>	<b>%</b>
Bovino de corte	11
Bovino de leite	81
Aves	73
Suínos	55
Caprinos e/ou Ovinos	8
Abelha	2
Piscicultura	2
Eqüinos	13
<b>Total</b>	

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011

Contudo, dados do IEA<sup>12</sup> apontam uma baixa produtividade por unidade de área da pecuária leiteira na região do Pontal do Paranapanema. Mesmo assim,

---

<sup>12</sup>Ver publicação "Produção de leite no Estado de São Paulo: potencial tecnológico", disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1119> . Acessado em 07/09/2012.

dentre as criações citadas na Tabela 4, a pecuária de leite é a única que possui escala comercial mais abrangente e permanente, uma vez que a somatória da produção das mais de 6,2 mil famílias assentadas na região do Pontal cria uma bacia leiteira expressiva.

A raça de gado padrão é a girolanda, embora a continuada pesquisa qualitativa já identificou rebanhos com predominância genética nelore sendo manejados para retirada de leite, algo que corrobora com os dados de baixa produtividade, já que esta raça é muito mais apropriada para corte. Entre os recursos que faltam para melhorar a produtividade do rebanho, portanto, a necessidade de melhoramento genético é patente, além da alimentação via recuperação do pasto e fornecimento de concentrados à base de milho ou cana, que poderiam ser cultivados dentro da área do próprio lote.

Com exceção do leite utilizado no autoconsumo das famílias e aleitamento dos bezerros, praticamente toda produção dos assentamentos do Pontal é entregue aos laticínios, chegando esse percentual de integração à casa de 90% dos produtores de leite – soma das opções 2, 4 e 5 da Tabela 4 (abaixo). As maiores produções localizam-se nos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, fato que se explica até mesmo pela concentração de assentamentos nesses dois municípios. Dadas as dificuldades que as famílias enfrentam para produzir, seja pela ausência de políticas públicas ou de assistência técnica e extensão rural, esta produção oferece grande potencial para ser ampliada, com medidas simples como as citadas melhorias de pasto e genética.

**Tabela 4** – Destino produção gado leiteiro.

	%
1. Venda de animal	6
2. Venda da produção	54
3. Autoconsumo	4
4. Venda da produção e autoconsumo	23
5. Opções 1, 2 e 3	13
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

A obrigatoriedade do resfriamento do leite para seu transporte até os laticínios apresentou-se para esses produtores como um desafio. Num primeiro

momento, no início dos anos 2000, as empresas instalaram tanques resfriadores nos assentamentos, aumentando, dessa forma, o controle sobre o fornecimento do produto. Mais recentemente, no entanto, tanques resfriadores comunitários foram instalados, através de recursos federais via Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. Tal investimento, feito no mais das vezes em parceria com associações de assentados e Prefeituras, garantiu, ao menos, maior liberdade na escolha da empresa para a qual fornecer o produto. Há casos, também, em que um único produtor assentado, ou grupos pequenos de assentados (de 2 ou 3), instalaram resfriadores por conta própria. Esses últimos casos correspondem apenas a uma minoria que conseguiu uma alta produção de leite, praticamente se especializando no ramo.

A produção de derivados não é fomentada e limita-se à produção de queijos e doces. Na pesquisa, ficou constatado que a imensa maioria das atividades de processamento (levantadas no item "agroindustrialização familiar") refere-se a laticínios artesanais. Num único caso, levantado na amostra, toda a família (marido, mulher e filhos) trabalha no processamento do leite, mantendo um laticínio artesanal em casa que gera uma renda alta (acima de 10 Salários Mínimos).

A produção de leite é feita de maneira individual, com quase nenhuma assistência técnica. As associações existentes não refletem nenhum nível superior de organização, limitando-se, quando muito, à gestão do tanque resfriador comunitário. Verificamos o desenvolvimento de alguns projetos-piloto, que apesar de se constituírem em experiências pontuais, têm contribuído com a melhoria da produção<sup>13</sup>.

O financiamento da pecuária leiteira, em maior parte, é feito com recursos próprios (38% do total de casos). Essa opinião, fornecida pelos assentados, aponta sobretudo para o fato de que esta atividade tem merecido investimentos particulares, já que a principal destinação dos projetos do PRONAF, que aparece com apenas 17% dos casos de acesso à financiamento (Tabela 5) é justamente a atividade leiteira.

---

<sup>13</sup>É o caso, reconhecido na pesquisa, do Projeto Pontal Agroecológico, coordenado pela Embrapa, contando com a parceria de diferentes entidades (ITESP, INCRA, FATEC etc.).

**Tabela 5** – Acesso financiamento bovino Leite.

	<b>%</b>
1. PRONAF	17
2. INCRA	10
3. BANCOS	6
4. OUTROS	29
5. PRÓPRIOS	38
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011.

A produção de aves e suínos é feita com recursos próprios e destinada basicamente ao autoconsumo (em 74% no caso dos suínos e 72% no caso das aves), constituindo-se nas das principais fontes de proteína animal das famílias assentadas. Em pequena porcentagem, ela também é comercializada. Porém, diferentemente do leite, sua comercialização é feita entre amigos ou vizinhos e parentes, que residem em municípios próximos dos assentamentos.

A ausência de inspeção sanitária, abatedores municipais ou agroindústrias de pequeno porte, localizadas nos assentamentos e pensadas para beneficiar a produção animal, impedindo uma reversão dessa situação, na medida em que poderiam tornar essa produção também voltada ao mercado. Poucos são os municípios que implantaram um Serviço de Inspeção Municipal – SIM. Tal lacuna é considerada um dos principais dificultadores para a comercialização dos produtos de origem animal dos assentamentos.

Embora exista a possibilidade dos municípios aderirem ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), de forma individual ou coletiva – via consórcio de municípios – no momento da pesquisa não verificamos na região nenhum processo de discussão sobre o assunto. O SUASA é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), regulamentado desde 2006, com objetivo de contribuir com a implementação de novas agroindústrias, facilitando a comercialização dos produtos industrializados localmente. Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema SUASA podem ser comercializados em todo o território nacional. A importância desse tipo de serviço público é importantíssima, até mesmo porque os programas de compras institucionais (PAA e PNAE) também preveem a compra de produtos de origem animal, desde que os mesmos tenham alguma certificação sanitária.

## **Os sistemas produtivos: solo, manejo e tecnologia**

Os solos da região do Pontal são de origem arenítica. Considerando-se que o processo de ocupação da região do Pontal foi um processo de desmatamento drástico e que existem, atualmente, na região, apenas 2% da sua formação florestal natural, há de se considerar que os solos, além de serem naturalmente frágeis do ponto de vista geológico, também não contam com cobertura vegetal e estão expostos à ação das intempéries. Foi nesse solo que boa parte dos 112 assentamentos da região do Pontal foram instalados, salvo lotes que estão sobre faixas de transição, onde é possível encontrar tipos diferentes de latossolos.

Avaliando o agregado de medidas que contribuem com a conservação dos solos dos assentamentos, verificamos que as curvas de nível são as mais recorrentes (30% do total), seguidas da rotação de culturas (16% do total) e a adubação orgânica (14%). O consorciamento de culturas, a recuperação de áreas degradadas e projetos ambientais também aparecem com alguma significância para os assentados entrevistados (Tabela 6).

Contudo, há de se considerar que as práticas supracitadas não abrangem o conjunto das famílias assentadas da região do Pontal. Com exceção das curvas de nível, obra muitas vezes constante do pacote de instalação dos assentamentos e realizada pelos órgãos oficiais, apenas uma pequena parte dos assentados adere a uma ou mais dessas práticas. Além disso, a quase totalidade das famílias assentadas não conhece qual é a quantidade de nutrientes presentes no solo dos lotes onde residem. A realização da análise dos solos nos assentamentos é uma prática bastante incomum, revelando o alto grau de incerteza a partir do qual as famílias assentadas realizam os tratamentos culturais e dos solos de seus lotes.

**Tabela 6** – Práticas conservacionistas no assentamento.

	%
Adubação Verde	1
Curva de nível	30
Rotação de Culturas	16
Consórcio de Culturas	12
Recuperação de áreas degradadas	9
Adubação orgânica	14
Controle alternativo de pragas e doenças	6
Agrofloresta	3
Atividades ou projetos de educação ambiental	7
Cordões de vegetação em nível	1
Outros	1

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

A correção dos solos mantém íntima relação com a produtividade e não deve ser entendida como uma preocupação do agronegócio. Devolver a vida aos solos, a partir de um manejo sadio e preocupado com os macro e micronutrientes é uma questão posta para as famílias assentadas interessadas na melhoria da produção. Mesmo a agroecologia, que considera o solo um organismo vivo, prevê ações de recuperação e preservação do solo, como etapas mais importantes da transição agroecológica (PRIMAVESI, 1990).

Com relação aos insumos fertilizantes, seu uso é realizado de maneira bastante irregular. A tabela 7, abaixo, indica que o uso de diferentes tipos de adubos é distribuído. Notou-se, na pesquisa qualitativa, que o maior uso de adubos do tipo "orgânico" deve-se menos por adesão a princípios agroecológicos e mais por limitação financeira dos produtores, mesmo que haja um conhecimento de



que o adubo de tipo orgânico "*é bom*". Verificou-se a prática da compostagem, entendida como processo biológico de transformação de resíduos orgânicos, como palhadas, folhagens, esterco etc.. O uso da urina animal, que contém uréia, também é utilizado pelas famílias assentadas como adubo orgânico.

No geral, itens como fertilizantes, venenos e agroquímicos em geral, assim como tipo e uso de sementes e tratores não seguem nenhum padrão que permita associar seu uso a variáveis como tempo de existência do assentamento, origem das famílias, tipo de solo ou culturas predominantes. Esse quadro geral de não uso dos insumos pode ser associado à baixa produtividade por unidade de área da produção de origem vegetal e animal das famílias dos assentamentos do Pontal.

**Tabela 7** – Tipo de adubo utilizado.

	%
Orgânico	53
Químico	22
Químico e Orgânico	25

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011

Dada a qualidade dos solos dos assentamentos, mesmo que a opção posterior das famílias seja pela agricultura orgânica e/ou de base agroecológica, inicialmente faz-se necessário algumas correções do solo. Devido à carência de nitrogênio, fósforo, potássio, procedimentos como a adubação verde devem ser adotados. Conforme já comentado, boa parte das famílias não conhece as propriedades físico/químicas do solo do lote e, portanto, enfrenta dificuldades para fazer este tipo de correção.

Para entender o gasto anual com aquisição de insumos fertilizantes, é preciso considerar o tamanho médio da área dos lotes, tendo em vista compatibilizar o tamanho do investimento em adubo com o tamanho da área. Considerando que a área média dos lotes dos assentamentos da região do Pontal é de 21 ha., com base nos dados sobre gastos com adubos (Tabela 9), podemos inferir que esse gasto fica aquém do que seria necessário (em mais de 50% dos casos, até um S.M./ano) para recuperar o solo de lotes com esta extensão de área.

**Tabela 9** – Gasto anual com adubo.

	%
Até um salário mínimo	53
Um a dois	20
Dois a três	7
Três a cinco	7
Não sabe	13

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2011

Sobre os tipos de sementes, a participação entre o uso de sementes híbrida (40%) e crioula (38%) é bastante equilibrada. Sobre a origem destas sementes, 46% responderam que elas possuem origem própria, 17% disseram que ganham e 20% que compram fora. A partir destes dados sobre uso e compra de sementes é possível verificar que as famílias assentadas ainda mantém certa autonomia de escolha sobre o tipo de sementes que pretendem utilizar.

Os dados sobre acesso a equipamentos de cultivo (como o trator) evidenciam o baixo nível tecnológico empregado pelas famílias assentadas no desenvolvimento das atividades agropecuárias nos assentamentos da região do Pontal. Alguns dos assentamentos em questão foram implantados a mais de duas décadas, de forma que a população destes assentamentos possui idade média elevada e problemas de sucessão, pois uma porcentagem expressiva dos filhos já não reside mais no lote com os pais. Neste contexto, o uso de pequenas máquinas, dada a idade avançada dos membros das famílias e sua sujeição a desgastes físicos extenuantes, é uma questão de desenvolvimento que precisa ser refletiva em curto prazo, sobretudo no nível das políticas públicas.

Buscando uma avaliação mais global acerca dos sistemas produtivos, o levantamento apurou como os assentados classificam seus empreendimentos agropecuários (tradicional, convencional ou conservacionista/agroecológico). A partir da tabela 10, verifica-se que os assentados se veem majoritariamente como produtores tradicionais (51%), contra 35% que se classificam como convencionais. As classificações conservacionista (que avalia alguma prática

ambientalmente adequada) e agroecológica somam 14% das classificações, sendo que agroecológico é opção de uma pequeníssima minoria (1%).

**Tabela 10** – Manejo da produção.

	%
<b>Convencional</b>	35
<b>Tradicional</b>	51
<b>Conservacionista</b>	13
<b>Agroecológico</b>	1

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2011.

Com relação a esses números, uma adesão ao manejo "tradicional" o é sobretudo por limitações financeiras dos produtores. Incapacitados de acessar o pacote tecnológico convencional, os assentados reinventam um manejo a partir dos conhecimentos tradicionais (enxada e estrume composto). Mesmo os que se autoidentificaram como convencionais, por vezes não utilizam todo o pacote tecnológico disponível no mercado – também por falta de recursos financeiros, assim como de assistência intensiva. A opção conservacionista, por sua vez, revela algum grau de adesão consciente a práticas preocupadas com o meio ambiente.

A pesquisa revelou que boa parte dos gastos envolvidos com a aquisição de sementes, adubos, agroquímicos não ultrapassa um salário mínimo, fato que evidência a baixa capacidade de investimento das famílias, ao mesmo tempo em que recoloca a necessidade de políticas públicas mais abrangentes. Complementando esse quadro, 90% dos respondentes consideraram o acesso à água suficiente para a produção, mas com apenas 40% acessando através de poços artesianos, sendo que os poços tipo cacimba continuam tendo forte uso (cerca de 30% dos respondentes).

## **Concluindo**

Embora tenha uma participação importante na economia regional do Pontal

(com maior destaque para os municípios do extremo oeste da região), sobretudo devido à bacia leiteira implantada nos assentamentos, essas áreas reformadas sofrem bloqueios que vão desde o baixo desenvolvimento regional (a região tem o 2.º menor IDH do Estado) até falhas e equívocos nas políticas públicas e projetos de desenvolvimento econômico mais expressivos – como foi o caso da Cocamp. Há espaço, no entanto, para o aprimoramento da produção leiteira, através de uma ATER mais focada e de estímulos relativamente simples para o melhoramento dos rebanhos e pastos.

A possibilidade de processamento cooperativo do leite (desde seu evasamento até a produção de derivados) foi abortada, num primeiro momento pela falência da Cocamp. Mais recentemente, evidencia-se a falta de um sistema de inspeção sanitária acessível, política pública necessária para que a produção animal possa ganhar espaço comercial.

Com uma base pedológica frágil, uma maior atuação da ATER e dos órgãos fundiários responsáveis em programas de recuperação dos níveis e qualidades tróficas dos solos, utilizando-se recursos e conhecimentos agroecológicos, fica como uma perspectiva para a melhora geral da produção agrícola dos assentamentos. Muito há o que fazer. Mas o constatado retorna à hortifruticultura mostra uma população disposta a produzir mais e melhor nas terras da reforma agrária.

## Referências

BAÊTA, F.C.; SOUZA, C.F. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal. Viçosa: UFV, 1997.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Para onde vão os assentamentos rurais: por um balanço das possibilidades institucionais da reforma agrária em São Paulo (Brasil). Texto apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas – PE, novembro/2010. In: **Anais...**, 2010.

BERGAMASCO, S.M.P.P. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais**: organização social, trabalho e renda. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

FERRANTE V.L.S.B.; BARONE, L.A.; CAMPOI, A.M. Desenvolvimento Rural e Assentamentos: impasses e perspectivas na Califórnia Brasileira e nas terras do Nelore mocho. XLIII Congresso da SOBER – Instituições,

Eficiências, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Ribeirão Preto, Julho/2005. In: **Anais...**, 2005.

GRISA, C. **A produção "pro gasto":** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2007.

GUANZIROLLI, C.A. et. al. **Reforma Agrária:** produção, emprego e renda. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

IBOPE. **Pesquisa de Opinião sobre assentamentos rurais.** IBOPE Inteligência (setembro de 2009). Disponível em: <[www.cna.org.br](http://www.cna.org.br)>. Acessado em 12/10/2012.

IEA - INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Produção de leite no Estado de São Paulo: potencial tecnológico.** Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1119>>. Acessado em 10/12/2012.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no censo agropecuário de 2006. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.13, Nupedor/Uniara, p.31-74, 2010.

LEITE, S.P. et. al. **Os Impactos dos Assentamentos Rurais:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo/Brasília: EdUnesp/Nead, 2000.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico do Solo.** Agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1990.

RIBAS, A.D.; THOMAZ JR., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n.2, FCT/UNESP, 2000.

SILVA, A.A. **Multidimensionalidades dos Assentamentos Rurais do**

**município de Teodoro Sampaio.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2008.

SILVA, A.A.; FERNANDES, B.M.; VALENCIANO, R.C., (Coords.)  
**RIST – relatório de impactos socioterritoriais.** Presidente Prudente: FCT/Unesp/INCRA, 2006.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

THOMAZ JR. A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI –** Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. Tese (Livre-Docência em Geografia). Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2009.